



CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA PARA ANÁLISES INTRAURBANAS: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO A PARTIR DE CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Lívia Miranda

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O objetivo do artigo é discutir o padrão de organização social do território, a partir da localização dos grupos ocupados para analisar as alterações na estrutura social metropolitana, tomando como caso a Região Metropolitana do Recife (RM Recife). Os estudos "Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica em concentrações urbanas no Brasil" (IBGE, 2017c) e "Região Metropolitana do Recife: Estratificação social, estrutura e organização do território" (MIRANDA; BITOUN, 2015) foram as bases para a discussão proposta nesse artigo. Ao analisar os tipos sócio-ocupacionais, foi possível verificar os efeitos da transição demográfica; o aprofundamento das desigualdades territoriais nas áreas centrais; a reconfiguração das centralidades, motivada pela implantação de grandes empreendimentos em espaços periféricos. Esses resultados, no entanto, não mostraram grandes mudanças na estrutura social da Região Metropolitana. A análise realizada e a relevância de seus resultados para a compreensão da diferenciação socioespacial demonstram a extrema importância da informação produzida e acessível pelo IBGE, uma vez que os dados censitários oferecem infinitas possibilidades de sistematização que ajudam a revelar a dinâmica da organização territorial.

Palavras-chave: Metropolização, Estrutura Social, Categorias Sócio-ocupacionais.

Compreender as dinâmicas das transformações urbanas, na atualidade, é uma tarefa complexa, visto que é preciso considerar a velocidade e os impactos das mudanças econômicas e seus vínculos interescares (internacionais, nacionais regionais e locais) com o terri-

tório. As mudanças econômicas, sociais e nos meios técnicos-informacionais globais nas décadas recentes, vêm configurando territórios mais complexos que se distinguem de outros, mais tradicionais, pela sua estrutura econômica e socioespacial (SASSEN, S. 1991).

No caso brasileiro, a diversidade é a principal característica da rede urbana. Decorre de diferentes condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das escolhas em relação ao desenvolvimento nacional. As transformações econômicas recentes têm impactado o modelo de desenvolvimento local, industrial e de serviços, no entanto, a maioria dos planos e políticas estão formados sem considerar a heterogeneidade intra-regional e dos espaços intra-urbanos. Os estudos intraurbanos são, portanto, importantes insumos para o planejamento urbano e para a estruturação de políticas municipais e regionais de base territorial, evidenciando similaridades e diferenças nas condições, processos e configurações socioespaciais. Nessa perspectiva, a elaboração de políticas públicas não pode ser somente um exercício técnico ou, por outro lado, ficar sujeita a opções políticas pouco embasadas tecnicamente. Demanda a adequação de critérios técnicos às singularidades do caso brasileiro, permeado fortemente por interdependências entre as dimensões locais, regionais, nacional e no caso de alguns territórios a internacional. Nessa perspectiva, destaca-se a relevante produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o desenvolvimento local. Entre os diversos estudos realizados pelo IBGE, é possível citar o estudo da Divisão urbano-regional (IBGE, 2013) e a pesquisa “Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2015b), que oferecem valioso conteúdo para apoiar as análises sobre as dinâmicas locais.

A finalidade do artigo, ora proposto, foi associar os estudos da caracterização dos Tipos Intraurbanos realizado pelo IBGE em 2017 (IBGE, 2017c). com a pesquisa da Organização Social do Espaço Urbano Metropolitano, desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO; RIBEIRO; COSTA, 2013), para o caso da RM Recife (MIRANDA; BITOUN, 2015). O primeiro estudo produziu uma tipologia que permite qualificar as condições de vida, para analisar as principais concentrações urbanas brasileiras a partir do arranjo de variáveis temáticas socioeconômicas e de infraestrutura. No segundo estudo foram analisadas as transformações no padrão de organização social do território, a partir da localização de grupos ocupados, para avaliar as mudanças na estrutura social metropolitana. Ambos estudos utilizam os dados demográficos do Censo de 2010 e elegeram como unidade territorial, as áreas de ponderação¹, produzidas para o censo demográfico de 2010.

A RM Recife é uma aglomeração que reúne 15 municípios e concentrava 3.741.904 pessoas pelo censo de 2010. O Estudo da Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017c, p. 34) apresenta o Recife como uma metrópole litorânea, de características radiais, em formato de meia elipse, disposta ao longo da costa. A estrutura urbana é condicionada por feições naturais e foi se adaptando a esses obstáculos segundo diferentes momentos econômicos e tecnológicos. As Rodovias são indutoras da expansão urbana e alguns fragmentos urbanos com baixas condições de vida se constituíram afastados e ao longo das vias. As faixas de areia são áreas valorizadas e concentram

¹ O IBGE (2011, p. 17) define as áreas de ponderação como: “uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de **setores censitários**, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população. É, também, a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra, de maneira a preservar o sigilo em relação aos informantes da pesquisa”. Foram definidas para o Censo 2010, 123 áreas de Ponderação (AED). O Setor Censitário (IBGE, 2011, p. 4) é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa do quadro urbano e rural legal.

melhores condições de vida. Outra característica local é a ocorrência de assentamentos precários em todo tecido da aglomeração, inclusive nas áreas que registram as melhores condições de vida, promovendo fortes contrastes.

O estudo “Tipologia Intraurbana. Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2017c) caracteriza as condições de vida da população das 65 maiores concentrações urbanas brasileiras, considerados os municípios que reúnem uma população urbana maior que 300 mil habitantes. Foram criados 11 grupos por níveis de condições de vida que variam das melhores (a) às mais precárias (k) condições. O capítulo metodológico desse artigo apresentará mais detalhes sobre os estudos e suas possibilidades de interface.

Para a análise social do Território nas metrópoles brasileiras, desvendar os processos socioespaciais ajudam a compreender os mecanismos de exclusão e integração em função do seu impacto sobre a estruturação social do território; como também, as formas de produção/reprodução de desigualdades e as condições e padrões de interação e de sociabilidade entre os grupos e classes sociais (RIBEIRO; RIBEIRO; COSTA, 2013). Associar o lugar de moradia dos indivíduos com a sua ocupação permite revelar em que medida vêm ocorrendo movimentos de aumento da segmentação, da desigualdade e da diferenciação socioespacial. Esta pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles está disponível para dez Regiões Metropolitanas brasileiras. Entre elas, a Região Metropolitana do Recife. Os Estudos sobre a RM Recife formam realizados por Miranda e Bitoun (2004, 2015).

Três partes, estruturam este artigo, além desta introdução e das considerações finais. A primeira trata da organização social do território. Discute-se alguns conceitos para a compreensão da análise proposta. Na segunda parte são apresentados os métodos, procedimentos metodológicos e possibilidades de comparação. Na terceira parte são registrados os resultados da análise sobre a produção social do território na Região Metropolitana do Recife. Foi realizada uma aproximação entre as categorias sócio-ocupacionais e as condições de vida da população nessas classes, a partir dos resultados sobre condições de vida observadas na análise intraurbana realizada pelo IBGE (2017c). Para concluir, foram indicados alguns limites dos resultados alcançados e pistas para superá-los. Além de ressaltar as possibilidades de desenvolver análises complementares a partir de projetos na área de geociências do IBGE, como as tipologias intraurbanas, registra-se as fortes expectativas pelo Censo Demográfico de 2020 e as possibilidades de reprodução do estudo sobre a produção social do território.

Sobre a organização social do território

A rede urbana articula as aglomerações urbanas compondo um sistema hierárquico que se complementa e viabiliza diferentes fluxos (mercadorias, informações etc.). A concentração de funções, equipamentos e serviços é diretamente proporcional à concentração populacional e ao consumo do espaço, constituindo a mancha urbanizada. No topo da rede urbana estão as metrópoles, como informam os muitos estudos produzidos pela Coordenação de Geografia do IBGE, na escala da rede urbana: Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008), da Divisão Urbano Regional (IBGE, 2013), Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2015b), da Divisão Regional

do Brasil (IBGE, 2017b), Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil (2017a) entre outros. Com esses estudos o IBGE tem oferecido aos governos e à sociedade informações que hierarquizam, classificam e caracterizam as aglomerações brasileiras e que são basilares ao entendimento de sua rede urbana e suas relações regionais, urbano-rurais e intraurbanas.

As cidades na atualidade estão submetidas a mudanças mais intensas, promovidas pela reestruturação da produção e do emprego. Muitos autores apontam que tais mudanças configuram processos de dualização da cidade, em que os arranjos urbanos apresentam áreas dinâmicas que estão dotadas de fluxos e funções que se integram ao mercado mundial, e ao mesmo tempo outras, opacas, estáticas, descapitalizadas e precárias. O papel das cidades é determinado pelas novas centralidades. Essas reúnem novas funções capazes de gerenciar operações de alto nível e tecnologias avançadas e resultam de uma intensa reestruturação urbana. Opostamente, em condições diferenciadas, convivem formas menos funcionais e estáticas. Essas progridem lentamente sobre a tutela de raras políticas compensatórias (SASSEN, 1991; RIBEIRO, 2004; SOJA 2013).

Claúdio Egler (2001. p.86) ressalta que no caso brasileiro, vêm se construindo, a partir dos anos 1990, uma nova “forma territorial urbano-financeira supranacional.” As políticas cambiais e monetárias do estado-nação viabilizam a capacidade de conquistar fundos privados e passam a ditar o ritmo da acumulação, seja no mercado doméstico, seja no mercado mundial. Nessa perspectiva o estado-nação passa a cooperar ou competir com outros estados-nação pela captura de fundos privados.

O novo modelo de desenvolvimento capitalista tem implicações expressivas no aumento das desigualdades sociais e na crise de sociabilidade que marcam as metrópoles contemporâneas. Nesse contexto é preciso renovar os marcos conceituais e superar os velhos paradigmas. Há hoje importantes ferramentas para isso. A Coordenação de Geografia do IBGE reforça esse entendimento quando ressalta:

As divergências acerca da capacidade de antigos paradigmas analisarem e interpretarem as transformações que ocorrem nas aglomerações urbanas podem ser superadas, em parte porque as investigações sobre o processo de reestruturação urbana, a produção de conhecimento atualizado sobre as cidades, revigoram os marcos teórico-metodológicos, assim como a percepção dos problemas e os métodos específicos de análise. (IBGE, 2017c, p. 11)

O Observatório das Metrópoles, nessa direção, elaborou um ensaio metodológico para leitura da organização social do território considerando os dados dos censos demográficos (1980 a 2010). As primeiras experimentações de análise social do território para o caso brasileiro a partir dessa metodologia foram embasadas em estudo realizado por meio de cooperação internacional entre Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Centre de Sociologie Urbaine (1988; 1993 e 1994)². A análise Social do Espaço Urbano-Metropolitano foi orientada pela hipótese de que os processos socioespaciais em curso nas metrópoles brasileiras têm enorme importância na compreensão dos

² Os resultados do estudo se encontram em: Preteceille, E e Ribeiro, L. C. Q. *Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80*, trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, 1998, e publicado na Revista *Eure*, v. XXV, n. 76, p. 79-102, Santiago do Chile, dezembro 1999.

mecanismos societários de exclusão e integração por meio de seus efeitos sobre a estruturação social (RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M., 2013).³

O acesso que grupos sociais têm ao mercado habitacional é um importante definidor da diferenciação socioespacial no modo de produção capitalista, pois o acesso a terra e a moradia define as possibilidades de inserção em territórios mais ou menos urbanizados e diferenciados, configurando também a sua localização. Os grupos sociais são condicionados por atributos, recursos, relações de poder e de status diferenciados. Grupos semelhantes tendem a homogeneizar escolhas e gerar relações de proximidade, ao mesmo tempo em que se afastam de outros mais distantes no espaço social. É a posição desses grupos que determina as relações de integração ou de exclusão com o conjunto da sociedade. Sabendo-se que o espaço social também se inscreve no espaço geográfico, é possível compreender o espaço geográfico como a expressão do espaço social. Nessa perspectiva, o espaço é o suporte para desvendar as lógicas coletivas e a localização residencial é entendida como a tradução material dessas lógicas. Dessa forma, procura-se identificar, no espaço residencial, os traços comuns e distâncias entre os grupos sociais, segundo princípios de diferenciação que correspondem à própria noção de espaço (MIRANDA; BITOUN, 2015).

A diferenciação gera a divisão social do território ao determinar as alterações nas bases materiais da formação de categorias sociais. As práticas espaciais produzem padrões distintos de diferenciação que podem ser expressão de formas de integração, coesão ou fragmentação socio-territorial, na medida em que geram ou não, vínculos sistemáticos entre as diferentes áreas. A análise do território metropolitano se dá a partir da compreensão da estrutura social, por meio de um modelo de análise fundado na construção de uma tipologia socioespacial (RIBEIRO; RIBEIRO; COSTA, 2013, p. 22).

A ferramenta permite observar os fenômenos de diferenciação, segmentação e segregação socioterritorial nas regiões metropolitanas e sua relação com as desigualdades e as interações sociais. Buscou-se investigar se a recuperação que o mercado de trabalho vem apresentando na última década alterou significativamente a estrutura sócio-ocupacional e foi capaz de romper com o histórico cenário de desigualdades, herdado de um passado canavieiro que ainda se faz presente. Por meio de agregações baseadas nas características do trabalho⁴, a partir de dados dos Censos Demográficos, a escala social foi composta por meio do agrupamento de 24 categorias sócio-ocupacionais, organizadas em 8 grupos diferenciados por atributos como: escalas de prestígio, ramos de atividades (manual/não manual), nível de escolaridade e renda. A análise dos padrões de diferenciação sócio-ocupacional que caracterizam o espaço metropolitano foi possibilitada pela criação de Tipos.

Como dito anteriormente, o ensaio pretendido no presente artigo, consiste em observar as complementariedades entre o estudo das tipologias intraurbanas (IBGE, 2017c) e a análise da

³ O estudo *Metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança* (PRONEX MCT, 2004) investigou as configurações espaciais da estrutura Sócio-ocupacional nas metrópoles brasileiras no período 1980 – 2000, para identificar os padrões de segregação residencial. Os resultados dessa pesquisa estão publicados no livro: *Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*, organizado por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2004).

⁴ As informações referentes à força de trabalho são organizadas segundo uma estrutura hierarquizada que permite agregar características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação).

produção social do território por meio de categorias sócio-ocupacionais produzidas pelo Observatório das Metrôpoles (MIRANDA; BITOUN, 2015), tomando em conta o ano de 2010. Em função disso serão apresentados a seguir, mais detalhadamente, os dois estudos.

O Estudo das Tipologias Intraurbanas das concentrações urbanas brasileiras

O estudo “Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2017c) caracteriza as condições de vida da população das 65 maiores concentrações urbanas brasileiras, considerando os municípios que reúnem uma população urbana maior que 300 mil habitantes, tomando como referência os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). A partir da análise de agrupamentos e outras medidas estatísticas, foram criados 11 tipos intraurbanos. Foram definidos níveis de condições de vida que variam das melhores (a) às mais precárias (k) condições.

Os níveis de condições de vida são agrupamentos, que concatenam informações sobre 13 informações, distribuídas nos seguintes temas: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; número médio de moradores por cômodo servindo de dormitório; rendimento domiciliar per capita; nível de escolaridade; razão de dependência de menores de 15 anos; material de construção e revestimento externo dos domicílios; domicílios com presença de máquina de lavar e computador com acesso à internet; e, domicílios construídos com alvenaria (Figura 1).

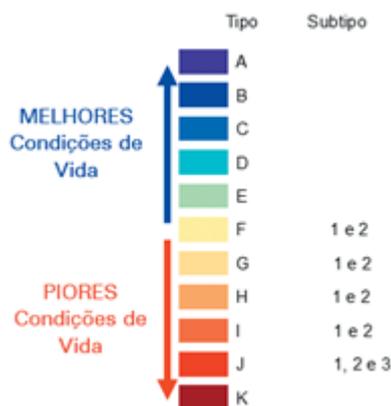


Figura 1. Tipos e subtipos intraurbanos. Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. In: IBGE (2017c).

No que concerne ao padrão ocupacional dos tipos, foram utilizados os grupos de ocupação do trabalho principal, da base de dados do Censo do IBGE em 2010, que tiveram sua nomenclatura adaptada segundo quadro a seguir:

OCUPAÇÕES CITADAS NO TEXTO	NOME OFICIAL IBGE
Mal definidas	0 - Ocupações mal definidas
Dirigentes	1 - Diretores e gerentes
Ciências e intelectuais	2 - Profissionais das ciências e intelectuais
Técnicos nível médio	3 - Técnicos e profissionais de nível médio
Apoio administrativo	4 - Trabalhadores de apoio administrativo
Vendedores dos comércios	5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados
Qualificados da agropecuária	6 - Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da Pesca
Operários qualificados	7 - Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios
Operadores de máquinas	8 - Operadores de instalações e máquinas e montadores
Ocupações elementares	9 - Ocupações elementares
Forças armadas	10 - Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares

Quadro 1. Correspondência entre os nomes dos grupos de ocupação do trabalho principal, usados no texto da publicação e os nomes oficiais utilizados na base de dados do IBGE. Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Trabalho principal, ocupação. In: IBGE. BME: Banco Multidimensional de Estatísticas. Rio de Janeiro, 2017. V6461. Disponível em: <<https://w3.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/index.jsp>>. Acesso em: mar. 2017. In: IBGE, 2017c.

O Estudo utilizou como unidades territoriais de informações as áreas de ponderação demarcadas para o Censo Demográfico (IBGE, 2011) onde se localizavam 60% de domicílios particulares permanentes ocupados em situação urbana.⁵ Tal abrangência se dá para preservar a identidade e validade estatística do dado. No estudo 12,2% tiveram a sua composição de setores censitários alterada devido à grande disparidade interna de condições socioeconômicas ou por serem superdimensionadas. Outro procedimento foi a sobreposição no mapeamento das áreas urbanizadas (IBGE, 2017c), para corrigir as distorções gráficas provocadas pela extensão das áreas de ponderação. Ao incorporar as manchas urbanizadas ao definir as tipologias intraurbanas, se alcançou um refinamento na representação dos padrões de definição espacial intraurbano, conforme se observa nas Figuras 2 e 3.

⁵ Para o caso em que essas áreas abrangiam todo o município ou áreas não urbanizadas. Nas situações em que municípios possuem uma população inferior a 20 mil habitantes, não é possível subdividir o território em áreas de ponderação. Essa é a menor fração amostral possível.

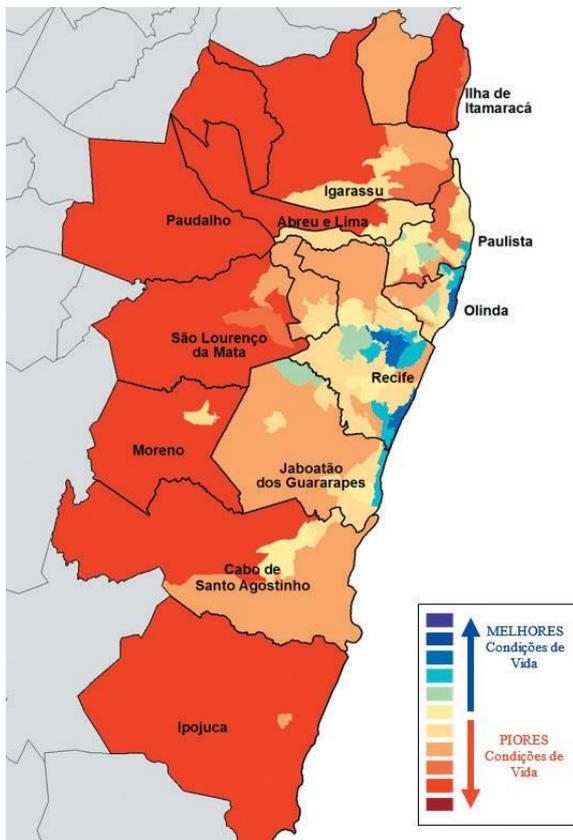


Figura 2. Tipologia das Áreas de Ponderação com 40% ou mais de domicílios em situação urbana na RM Recife. Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade. In: IBGE (2017c, p. 26).

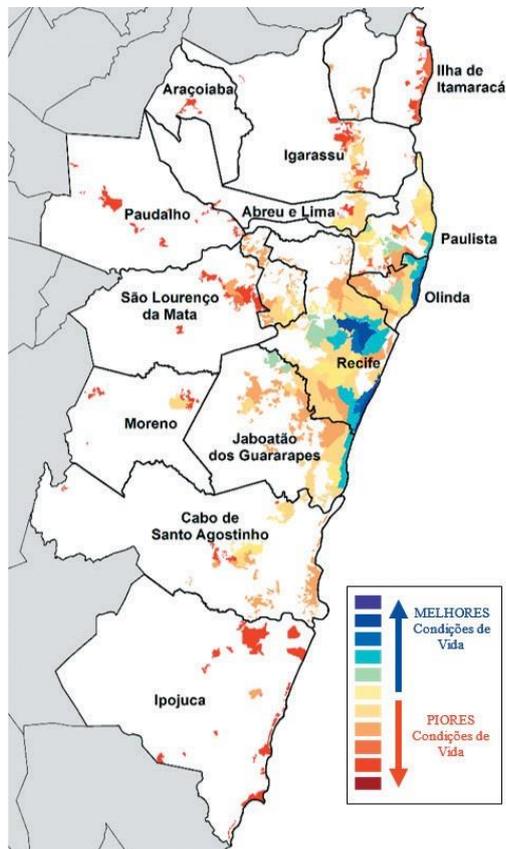


Figura 3. Tipologia intraurbana recortada pelas manchas urbanizadas na RM Recife. Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade. In: IBGE (2017c, p. 26)

A sobreposição do mapeamento das manchas urbanizadas e a adequação das áreas de ponderação, representam um passo importante na superação de um constrangimento metodológico apontado em muitos trabalhos, que é a distorção gráfica gerada pelo tamanho de algumas áreas de ponderação. No estudo de Miranda e Bitoun (2015, p. 159) essa dificuldade também é relatada:

A análise dos padrões espaciais a partir das áreas de ponderação foi dificultada pela configuração dessas áreas. Quanto menor e menos concentrado é o universo da população, maior é o perímetro dessas unidades. As unidades maiores criam alguns constrangimentos, na medida em que incorporam diferentes ocorrências espaciais e dificultam a obtenção de cluster que possa ser interpretada com maior proximidade da relação áreas de ponderação/espaço concreto.

A tipologia foi criada a partir da análise de agrupamentos (Cluster). O método foi escolhido por permitir mais interação entre técnicos-dados e a classificação gerada foram realizadas cinco etapas: análises de agrupamento para as variáveis de adequação de moradia; posteriormente socioeconômicas. As duas etapas foram associadas, procedeu-se o ordenamento dos tipos gerados e a análise de agrupamentos para as áreas de ponderação. Mais detalhes sobre a metodologia utilizada no estudo da tipologia intraurbana podem ser encontrados em IBGE (2017c, p.18-26).

Para compreender a análise Social do Território⁶

Na análise social do território o primeiro passo da metodologia foi a organização dos grupos sociais por meio de um sistema de Categorias Sócio-ocupacionais. Esse sistema foi criado a partir das variáveis referentes à ocupação principal do indivíduo contidas na pesquisa amostral dos Censos Demográficos do IBGE. Procurou-se medir as distâncias sociais e econômicas entre os grupos. Foi elaborada uma estratificação social disposta em atributos que visam possibilitar a leitura de uma hierarquia fundada em dicotomias clássicas da estrutura social brasileira: cargos de direção/execução, trabalho manual/ não manual, função superior/inferior. Além disso, o uso de filtros de renda, de escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional foi ponderado na hierarquização dessa classificação (RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M., 2013)

Os critérios adotados para diferenciar os grupos sociais estão detalhados abaixo. A classificação informa a inserção da população ocupada em grandes ramos de produção, distribuída segundo a clássica divisão de Colin Clark entre os setores primários, secundários e terciários. Para maiores detalhes ver Ribeiro e Ribeiro (2013). Eis os critérios adotados:

Relação capital X trabalho: Considerou-se a propriedade ou não da atividade econômica. Os indivíduos que são grandes e pequenos **empregadores que possuem maior ou menor número de empregados, ou trabalhadores por conta própria**, entre autônomos profissionais e informais versus aqueles que são **empregados**.

Trabalho manual X trabalho não manual: diferenciou aqueles que exercem **ocupação manual** daqueles trabalhadores que exercem **ocupação não manual**. Nesse caso, as ocupações foram balizadas por dois filtros: (i) o nível de escolaridade - superior (profissional) ou médio (técnico); e, (ii) o nível de qualificação (trabalhadores da **indústria** – tradicionais e modernas – do setor de **serviços** – qualificados ou não, ou trabalhadores **agrícolas**).

Trabalho de comando X trabalho subordinado: procurou-se diferenciar aqueles que exercem **atividade de comando** em grandes ou em pequenas empresas (direção, gerência e supervisão), daquelas **ocupações subordinadas**. O conjunto das ocupações disponibilizadas pelo IBGE im-

⁶ Este texto metodológico foi elaborado originalmente para o estudo: Região Metropolitana do Recife: Estratificação social, estrutura e organização do território, de autoria de Livia Miranda e Jan Bitoun (MIRANDA; BITOUN, 2015).

possibilita a leitura direta desse aspecto das relações de trabalho. Desse modo, utilizou-se a renda como proxy da posição de comando.

Trabalho público X trabalho privado: *diferenciaram-se ocupações que se realizam no setor público e aquelas que se realizam no setor privado. (MIRANDA; BITOUN, 2015, p. 154-155).*

Os Tipos socioespaciais foram obtidos a partir do método da análise fatorial por correspondência binária, em duas rodadas foram geradas classificações sucessivas, uma vez que as feições espaciais dificultavam a percepção da homogeneidade interna de alguns Grupos. As ocupações agrícolas, populares e médias, representavam uma composição relativamente homogênea de categorias sócio-ocupacionais no território. Houve a associação das 24 categorias sócio-ocupacionais com unidades geográficas estatísticas definidas pelas Áreas de Ponderação.

O conjunto de categorias pode ser agregado em oito frações de classes, buscando uma aproximação com as três clássicas classes sociais: superiores, médias e populares. Nas classes superiores, incluíram-se os detentores do capital econômico e os intelectuais (Dirigentes e os Profissionais de nível superior). Os Pequenos Empregadores (em estabelecimentos com menos de seis empregados) e as Ocupações Médias compunham o grupo dos médios, pois, entre outras características, apresentavam menor volume da estrutura de capital. Os Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Setor Secundário, Trabalhadores do Terciário não Especializado e Agricultores compunham o grupo dos populares.

Utilizando-se o filtro de renda, foram diferenciadas as categorias superiores de algumas ocupações médias. Os assalariados ocupados em atividades integrantes dos ramos de produção do terciário, quando auferiam renda igual ou superior a 20 salários mínimos, compunham as categorias Dirigentes do Setor Privado (CAT 23). Com renda inferior e escolaridade superior, os dirigentes de comércio e serviços integravam, juntos com outros profissionais, empregados e funcionários, a categoria Empregados de Nível Superior (CAT 42). As mesmas ocupações, quando exercidas por indivíduos com escolaridade não superior, integravam a categoria Ocupações de Supervisão (CAT 52). Outros assalariados com carteira assinada, formaram o conjunto de categorias definidas com base em atividades: Ocupações Técnicas e Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios (CAT 55).

Algumas ocupações foram classificadas lançando-se mão do filtro de escolaridade: os trabalhadores da educação com escolaridade superior, empregados ou funcionários compunham a categoria Empregados de Nível Superior (CAT 42); enquanto os indivíduos nas mesmas ocupações, mas com escolaridade não superior, estavam agregados nas Ocupações Médias, categoria Trabalhadores não Manuais nas Áreas de Saúde e Educação (CAT 54), enquanto, sem o filtro de escolaridade, os que exerciam por conta própria integravam a categoria Profissionais Autônomos de Nível Superior (CAT 41).

A construção das categorias de Trabalhadores do Terciário Especializado e Não Especializado (CAT 61, CAT 62, CAT 63, CAT 81 e CAT 82) levou em conta a aplicação de filtros sucessivos, que visaram separar detentores/não detentores de capital, trabalhadores manuais/não manuais e o setor de atividade econômica, agrupando as ocupações para dar conta da diversidade de

atividades características do terciário. Em algumas categorias, a posição na relação de trabalho mesclou empregados com carteira assinada, por conta própria e outros tipos de vínculo, dificultando a leitura sobre o grau de informalidade ou precariedade das relações de trabalho. É o caso das categorias Ocupações de Escritório (CAT 51), Trabalhadores do Comércio (CAT 61), Prestadores de Serviço Especializado (CAT 62), Prestadores de Serviço não Especializados (CAT 63), e Empregados Domésticos (CAT 81).

Os Trabalhadores da Indústria foram dispostos em quatro categorias: Tradicional (CAT 72), Moderna (CAT 71), Serviços Auxiliares (CAT 73) e Construção Civil (CAT 74). Dessa forma se pôde observar as dinâmicas próprias ao setor industrial, considerando a reestruturação em função dos investimentos públicos e privados modificando a geografia industrial do país e desconcentrando ou concentrando determinados ramos industriais. No entanto, a indústria da construção civil apresenta também uma relação direta com a própria produção material da cidade, o que, no caso da Região Metropolitana do Recife, merece uma atenção especial, pois relaciona expansão urbana, localização de trabalhadores e as transformações econômicas locais.

As ocupações incluídas na categoria Trabalhadores de Serviços Auxiliares (CAT 73) agrupou ocupados exercendo atividades manuais em ramos do setor de serviços, auxiliando a indústria e assegurando às empresas e à população, energia, transportes e comunicação. Convencionou-se incluir o conjunto dessa categoria no setor industrial, conquanto as mesmas ocupações manuais, exercidas em ramos comerciais de serviços residenciais, pessoais e de alimentação, integravam a categoria Prestadores de Serviço Especializado (CAT 62).

No que se refere ao setor primário, o status especial atribuído às ocupações agrícolas, que associou trabalhadores rurais e pequenos e médios proprietários e empregadores, visou resgatar uma diferenciação geográfica entre o urbano e o rural. No entanto, no caso das Regiões Metropolitanas, com grandes áreas fora da mancha urbana, essa opção tornou mais difícil a identificação precisa da estrutura ocupacional específica nessas áreas. Cabe ainda destacar que os trabalhadores ligados às atividades extrativistas (vegetal e mineral) foram classificados em atividades urbanas de duas formas: os Grandes Empregadores e Dirigentes e os Pequenos Proprietários Empregadores, com renda inferior a 20 salários mínimos, que foram contados na categoria Pequenos Empregadores (CAT 31).

As divisões encontradas possibilitaram identificar segmentações, desigualdades, possibilidades e restrições à mobilidade social, bem como tendências à permanência e à mobilidade geográfica. Em suma, procurou-se por meio da classificação superar os limites de uma identificação social exclusivamente fundamentada em classes de renda, mesmo quando, a extrema desigualdade das remunerações é uma característica marcante da sociedade e dos modos de apropriação e uso do espaço urbano metropolitano brasileiro.

As Categorias Sócio-ocupacionais na Região Metropolitana do Recife

Os ocupados na RM Recife, somaram 36,5% da população e eram 1.362.307 pessoas no censo demográfico de 2010. Na Tabela 1 é possível observar a composição interna de cada Grupo Sócio-ocupacional e suas contribuições para a estrutura social, assim como a sua distribuição para a

RM Recife. Com base nas análises estatísticas, pôde-se afirmar que a composição interna das categorias Sócio-ocupacionais, já expressava algumas mudanças que ocorreram no perfil da população nas últimas décadas. Existem variações da relação ocupados/população, dependentes de condições demográficas gerais do contexto brasileiro (janela da transição demográfica, papel crescente do engajamento das mulheres no mercado de trabalho) e variações dependentes da conjuntura econômica local impactada pelos grandes investimentos já apontados.

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS		2010	%
DIRIGENTES		20.952	1,54
CAT21	Grandes empregadores	12.236	0,90
CAT22	Dirigentes do setor público	6.029	0,44
CAT23	Dirigentes do setor privado	2.687	0,20
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR		135.481	9,94
CAT41	Profissionais autônomos de nível superior	21.653	1,59
CAT42	Profissionais empregados de nível superior	60.411	4,43
CAT43	Profissionais estatutários de nível superior	15.982	1,17
CAT44	Professores de nível superior	37.435	2,75
PEQUENOS EMPREGADORES		14.875	1,09
CAT31	Pequenos empregadores	14.875	1,09
OCUPAÇÕES MÉDIAS		371.401	27,26
CAT51	Ocupações de escritório	137.006	10,06
CAT52	Ocupações de supervisão	77.165	5,66
CAT53	Ocupações técnicas	62.483	4,59
CAT54	Ocupações da saúde e educação	69.772	5,12
CAT55	Ocupações de segurança, justiça e correios	24.975	1,83
CAT32	Ocupações artísticas e similares	16.662	1,22
TRAB. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO		265.139	19,46
CAT61	Trabalhadores do comércio	140.235	10,29
CAT62	Prestadores de serviços especializados	124.904	9,17
TRAB. DO SECUNDÁRIO		274.593	20,16
CAT71	Trabalhadores da indústria moderna	52.394	3,85
CAT72	Trabalhadores da indústria tradicional	42.865	3,15
CAT73	Trabalhadores dos serviços auxiliares	77.839	5,71
CAT74	Operários da construção civil	101.494	7,45
TRAB. DO TERCIÁRIO NÃO ESPECIALIZADO		254.835	18,71
CAT63	Prestadores de serviços não especializados	84.703	6,22
CAT81	Empregados domésticos	120.061	8,81
CAT82	Ambulantes e biscateiros	50.071	3,68
TRABALHADORES AGRÍCOLAS		25.032	1,84
CAT10	Agricultores	25.032	1,84
TOTAL		1.362.307	100,00

Tabela 1. Categorias Sócio-ocupacionais na Região Metropolitana do Recife, 2010. Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles 2010.

Os grupos dotados de alto prestígio, poderes, meios materiais e intelectuais representavam uma porção mínima dos ocupados frente aos grupos médios e os situados em posições desfavoráveis na escala social. Dirigentes e Profissionais de Nível Superior agrupavam na metrópole

cerca de 10% do total dos ocupados. Expressa-se, nitidamente, a forte concentração do prestígio, do poder e dos meios materiais e intelectuais em poucas pessoas. As ocupações médias, se somadas à Categoria dos Pequenos Empregadores, representavam menos de 30% dos ocupados, conquanto os trabalhadores situados em posição inferior na escala social reuniam cerca de 50% dos ocupados. Esse fato expressa uma forte polarização social com um contingente muito significativo em posições inferiores.

A Categoria Profissionais de Nível Superior era especialmente numerosa no Recife. As participações mais importantes nesse grupo eram os Profissionais Empregados de Nível Superior (CAT 42) e os Profissionais de Nível Superior (CAT 44). O grupo de ocupações médias (ocupações de escritório, supervisão, técnicas, de saúde e educação, segurança pública, justiça e correios, ocupações artísticas e similares) constituíam o contingente mais numeroso (27,26%) entre as Categorias Sócio-ocupacionais, com destaque para o incremento das atividades de supervisão (CAT 52) que contribuiu com cerca de 10% para a composição da estrutura social.

O Censo de 2010 possibilitou captar um pequeno aumento dos Trabalhadores do Secundário na composição da Estrutura Sócio-ocupacional metropolitana. Essa participação, no entanto, amplia-se pela maior contribuição dos Operários da Construção Civil (CAT 74) e dos Serviços Auxiliares (CAT 73), em função do forte crescimento da indústria da construção civil, impulsionada pelo incremento da produção imobiliária graças à retomada do financiamento no âmbito do sistema habitacional e dada a fase de implantação de novos empreendimentos na RM Recife (Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro, Montadora, Cidade da Copa, Polo Farmacoquímico, etc.).

Partiu-se, então, para a realização da análise de *cluster*, na perspectiva de criar agrupamentos de áreas de acordo com as características que garantissem maior aproximação ou separação entre elas. Foram necessárias duas rodadas de procedimento para obtenção de cinco grupos sócio-ocupacionais. Esses grupos foram nomeados a partir da análise das densidades dos grandes grupos de Categorias Sócio-ocupacionais na composição dos Tipos: 1 - Superior-Médio, 2 - Médio-Superior, 3 - Médio-Popular, 4 - Popular-Operário, e 5 - Popular-Agrícola.

Análise do perfil social dos ocupados a partir de sua estratificação social

As Tabelas 2 e 3 ajudam a analisar a estrutura sócio-ocupacional a partir das Tipologias Socioespaciais. Dispõe as densidades relativas (proporção das Categorias nos Tipos). O outro apresenta as composições dos Tipos na mesma estrutura. Mais uma vez expressa-se a força dos grupos populares e médios. Mesmo em Tipos Superiores e Agrícolas, os grupos médios são significativos. Tal fato dificulta a leitura e definição do perfil de cada Tipo. Como já foi apontado também no estudo da Tipologia Intraurbana (IBGE, 2017c).

Na Tabela 2 observa-se que a maior contribuição dos tipos superiores está predominantemente concentrada nos Grupos 1 e Grupo 2. No Grupo 1, os Dirigentes apresentaram uma densidade de 37,19% e no Grupo 2 somam 34,05%. Os Profissionais de nível superior concentram 38,25% no Grupo 2 e aparecem no Grupo 4 (25,31%), que é mais caracterizado pelos tipos populares. As categorias Pequenos Empregadores e Ocupações Médias também se destacaram nos Grupos 2 e 4. Os Trabalhadores do terciário especializado (66,33 %), os Operários (73,39%) e os

Trabalhadores do terciário não especializado (67,72%) estavam predominantemente concentrados no Grupo 4. Já os Agricultores estavam mais fortemente concentrados no Grupo 4 (59,06%) e Grupo 5 (28,14%).

CATEGORIAS	1 SUPERIOR MÉDIO	2 MÉDIO SUPERIOR	3 MÉDIO POPULAR	4 OPERÁRIO POPULAR	5 POPULAR AGRÍCOLA	TOTAL GERAL
DIRIGENTES	37,19	34,05	10,10	17,89	0,76	100,00
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	19,84	38,23	15,94	25,31	0,68	100,00
PEQUENOS EMPREGADORES	18,32	33,97	15,15	31,64	0,93	100,00
OCUPAÇÕES MÉDIAS	6,30	21,97	17,97	52,30	1,46	100,00
TRABALHADORES DO TERCÍARIO ESPECIALIZADO	1,95	13,84	15,92	66,33	1,96	100,00
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	0,79	8,64	13,08	73,39	4,11	100,00
TRABALHADORES DO TERCÍARIO NÃO-ESPECIALIZADO	2,25	12,47	15,60	67,72	1,96	100,00
TRABALHADORES AGRÍCOLAS	0,66	3,61	8,54	59,06	28,14	100,00
TOTAL	5,43	17,52	15,61	58,85	2,58	100,00

Tabella 2. Proporção (%) das Categorias por Tipos Socioespaciais em 2010. Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles 2010.

CATEGORIAS	1 SUPERIOR MÉDIO	2 MÉDIO SUPERIOR	3 MÉDIO POPULAR	4 OPERÁRIO POPULAR	5 POPULAR AGRÍCOLA	TOTAL GERAL
DIRIGENTES	10,53	0,47	1,00	0,47	0,45	1,54
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	36,30	4,28	10,15	4,28	2,61	9,94
PEQUENOS EMPREGADORES	3,68	0,59	1,06	0,59	0,39	1,09
OCUPAÇÕES MÉDIAS	31,61	24,23	31,38	24,23	15,43	27,26
TRABALHADORES DO TERCÍARIO ESPECIALIZADO	7,00	21,94	19,84	21,94	14,77	19,46
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	2,92	25,14	16,88	25,14	32,08	20,16
TRABALHADORES DO TERCÍARIO NÃO-ESPECIALIZADO	7,73	21,53	18,69	21,53	14,21	18,71
TRABALHADORES AGRÍCOLAS	0,22	1,84	1,00	1,84	20,04	1,84

Tabella 3. Proporção (%) dos Tipos por Categorias Sócio-ocupacionais em 2010. Fonte: Censo Demográfico do IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles 2010.

O Grupo 1 concentra 5% dos ocupados metropolitanos e as principais contribuições para esse tipo são os Profissionais de nível superior (36,3%) e as Ocupações médias (31,6%). Os Dirigentes (10,5%) também caracterizam esse Grupo mais fortemente do que os demais Tipos. Somadas, estas três Categorias representam cerca de 80% dos trabalhadores residentes nesse Grupo, que foi denominado **Superior-médio**. A nomenclatura considerou, além da contribuição de cada categoria, as densidades relativas, que, como já observado, também destacam os dirigentes e os profissionais de nível superior. A inclusão do termo médio considera também os números absolutos de ocupações médias nesse tipo, que são muito significativos.

O Grupo 2 diminuiu, comparativamente ao Tipo anteriormente descrito, a participação dos Dirigentes (3%) e conservou significativa a participação das ocupações médias (34,18%). A participação dos segmentos populares é mais significativa do que no Tipo Superior-médio. Nessa direção, cresceram os empregados do Terciário especializado (15,37%) e não especializado (15,62%) e do secundário (10,36%). Por essas características e considerando as densidades relativas, o Tipo foi nomeado **Médio-Superior** e caracteriza 17,28% dos ocupados.

Os Grupos 3 e 4 são muito heterogêneos e compostos por várias Categorias com pesos semelhantes (principalmente as dos setores Terciário e Secundário), mas se diferenciam dos Grupos Superior-Médio e Médio-Superior pela maior participação dos Profissionais de nível superior (10,15%) e das ocupações médias (31,4%) ligadas ao setor de Serviços. Considerando também as densidades relativas, o Grupo 3 foi denominado **Médio-Popular** e caracterizou 15,5% dos residentes ocupados. Já o Grupo 4 é o mais numeroso e caracteriza 58,8% dos trabalhadores metropolitanos. Conta com participações relativas semelhantes das categorias médias e populares: Terciário especializado (21,9%) e Não especializado (21,5%), Ocupações médias (24,2%) e Trabalhadores do Secundário (25,1%). Por essas características, o Grupo 4 foi denominado **Popular-Operário** e caracterizou 58% dos ocupados.

No Grupo 5, os Trabalhadores do Secundário são a categoria mais expressiva (32,08%), seguida dos Trabalhadores agrícolas, maciçamente concentrados somente nesse Tipo. Como nos demais grupos, também têm presenças significativas as Ocupações médias e Trabalhadores do terciário especializado e não especializado. Considerando essas características, optou-se pela denominação **Popular-Agrícola**. São residentes com essas características somente 2,56% dos ocupados.

A Figura 4 mostra a configuração dos tipos no território. Os tipos encontrados foram associados à base cartográfica digital e, por meio de procedimentos de geoprocessamento, foi possível construir representações em Cartograma.

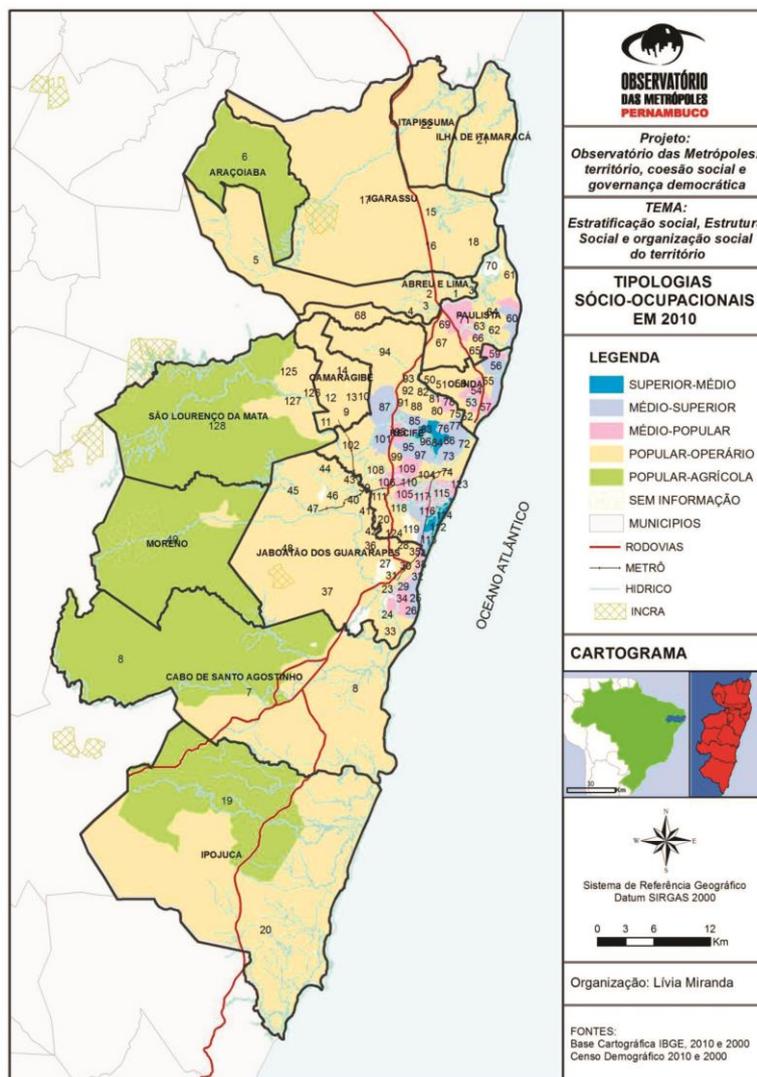


Figura 4. Tipologia socioespacial da Região Metropolitana do Recife – 2010. Fonte: Observatório das Metrôpoles - PE, com base nos Censos Demográfico 2010.

O que revelam os estudos da Tipologia Intraurbana

O contexto metropolitano recifense é marcado pela heterogeneidade dos usos e formas de ocupação que refletem a distribuição de atividades urbanas e rurais sobre fortes condicionantes físico-ambientais. Na última década, proprietários exploraram importantes empreendimentos imobiliários nas bordas urbanas como os condomínios fechados, complexos de bairros planejados, centros de comércio e serviço etc. estimulados pelos grandes projetos que vêm se implantando na Região além dos conjuntos habitacionais promovidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV.

Segundo o estudo das Tipologias Intraurbanas (IBGE, 2017c), em 2010 no Brasil 94,6 milhões de pessoas viviam em concentrações urbanas e mais de 60% desse total habitava lugares

com boas e médias condições de vida. Ou seja, aproximadamente 40% da população brasileira ainda habita em locais cujo as condições de vida são precárias. No caso da Região Metropolitana do Recife o estudo supracitado identificou um padrão predominantemente concentrado e uma estrutura espacial diversificada que pode ser caracterizada como:

um aspecto de mosaico formado na mancha urbanizada principal, com tipos intraurbanos bem-diferentes se avizinhamo uns aos outros. A expansão das manchas urbanizadas forma "tentáculos" que se prolongam pelas rodovias até os municípios mais distantes de Recife (IBGE, 2017c, p. 49).

As melhores condições de vida situam-se no litoral e em um conjunto concentrado às margens nortes do Rio Capibaribe que condicionou importante percurso radial. Para o caso da RM Recife, não há ocorrência nas categorias Extremas da tipologia, os Tipos A e K. Outra característica importante é que as condições de vida caem em direção na medida em que há um afastamento do núcleo metropolitano. O primeiro conjunto formado pelos tipos B, C e D, possui um volume de aproximadamente 13,6% da população. O Tipo B concentra-se somente na capital metropolitana e soma 3,5% da população disposta em 9,5 Km², enquanto os tipos C e D somam 11,1% da população e 37,4% da área. Os tipos E e F são medianas das condições de vida e caracterizam 18,1% dos habitantes, em 66,1 km². Os tipos G e H são os mais numerosos e caracterizam 53% das áreas. O tipo G sozinho responde por 37,8% da população (122,1 km²), enquanto o tipo H (19,0% hab, em 90,3 km²). Os tipos mais precários, com baixíssimas condições de vida são predominantemente o I e o J que somam 10,3% da população em 64,5 km² conforme mostra a Tabela 4 (IBGE, 2017c, p. 46-49).

TIPOS	POPULAÇÃO	(%)	ÁREA (km) ²	(%)
A	0	0	0	0
B	129.453	3,48	9,26	2,38
C	97.605	2,62	7,81	2
D	316.129	8,49	29,57	7,59
E	246.595	6,62	20,48	5,26
F	437.198	11,74	45,65	11,72
G	1.408.166	37,81	122,09	31,33
H	706.994	18,98	90,25	23,16
I	93.370	2,51	13,23	3,4
J	289.268	7,77	51,3	13,17
K	0	0	0	0
TOTAL	3724778	100	389,64	100

Tabela 4. População e área (Km²) por Concentração Urbana e Tipo Intraurbano – 2010. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade. In: IBGE, 2017c, p. 150-156. Nota: Considerando as Áreas de Ponderação com mais de 40% de domicílios particulares permanentes ocupados em situação urbana.

O Tipo K certamente seria captado na RM Recife, se houvesse a possibilidade de trabalhar em uma escala territorial menor do que as unidades de ponderação. Nos estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para a Região Metropolitana do Recife as unidades territoriais também foram criadas a partir de tabulações especiais das Áreas de Ponderação definidas para o Censo 2000 e denominadas Unidades de Desenvolvimento Humano. Algumas unidades foram construídas reunindo setores censitários com predominância de assentamentos precários, mesmo que essas ocorrências não fossem contínuas. (PNUD et al., 2005). A Figura 5 mostra a ocorrência desses assentamentos na RM do Recife.

No estudo das Categorias Socio-ocupacionais (MIRANDA; BITOUN, 2015) procedeu-se a sobreposição dos assentamentos precários metropolitanos à malha de áreas de ponderação. No entanto, essa sobreposição foi meramente ilustrativa, uma vez que não houve a possibilidade de redesenhar as áreas de ponderação, como no estudo do PNUD (Figura 05). No Estudo das Tipologias Intraurbanas, a espacialização resultante (Figura 3) foi sobreposta às fotos de satélite. A sobreposição às fotos de satélite também possibilita o mesmo entendimento ilustrativo. Ressaltando-se aqui a relevância desse procedimento para os estudos locais.

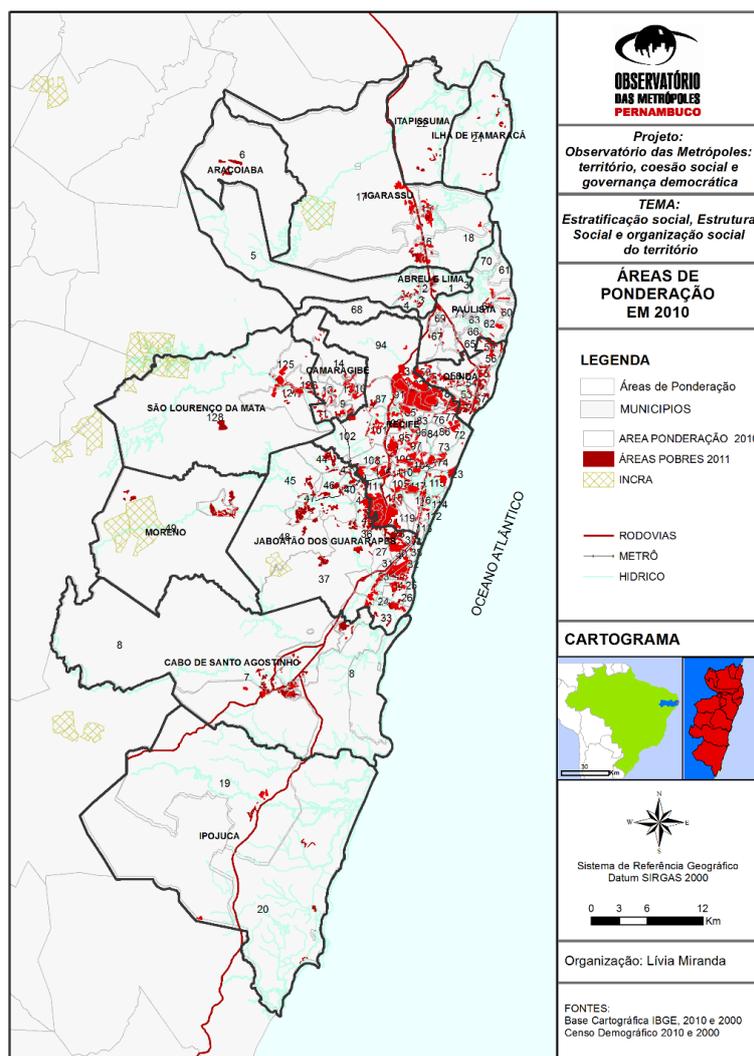


Figura 5. Assentamentos precários na Região Metropolitana do Recife – 2011. Fonte: Observatório das Me-trópoles – PE, com base nos Censos Demográfico 2010. In: Miranda e Bitoun (2011).

Nos dois estudos, Tipologia intraurbana (IBGE, 2017c) e Organização Social do Território (MIRANDA; BITOUN, 2015), a análise dos tipos pode ser qualificada por características socioeconômicas das famílias. Todas as variáveis dos Estudos evidenciam a dicotomia entre as áreas com boas condições de vida (tipos A ao D) e áreas com baixas, baixíssimas e precárias condições de vida (G ao K). Essas características não serão abordadas neste artigo, mas encontram-se disponíveis nos referidos trabalhos.

A diferenciação socioespacial na Região Metropolitana do Recife

As Categorias que quantitativamente mais contribuíam para a estrutura ocupacional da Região era a de Trabalhadores do Terciário (trabalhadores do comércio), com 519.974 pessoas, cerca de

40% do total de ocupados. Tal estatística reafirma a vocação terciária da Região. Mesmo apresentando um mercado de trabalho maciçamente voltado às atividades urbanas, ainda hoje, parte significativa do território da RM Recife está dedicada a uma base econômica vinculada à agroindústria canaveira, que conserva o modelo fundiário de retenção de grandes propriedades nas bordas urbanas.

Quando se associa as ocupações com os tipos intraurbanos propostos pelo IBGE (IBGE,2017c), pode-se perceber algumas especificidades da estrutura local. No tipo B, a população está predominantemente ocupada em profissões ligadas às ciências e intelectualidades (42,63%), seguidas dos dirigentes (15,37%) e técnicos de nível médio (10,34%). Nos C e D, o padrão da classe anterior se repete, com a especificidade que aumenta as profissões de apoio administrativo e das ocupações do comércio e cai a participação de Intelectuais, dirigentes e técnicos de nível médio. Nos tipos G ao J destacam-se as ocupações de menor qualificação tais como: elementares, comércio e operários qualificados, com uma predominância mais significativa dos trabalhadores do comércio e elementares, em torno de 20%. A presença de ocupações elementares aumenta à medida que decaem as condições de vida. No Recife as ocupações elementares integram cerca de 28% no grupo J. Os Tipos E e F são caracterizados por um padrão de transição, pois mescla a participação das ocupações as melhores condições de vida com as de menor ocupação, sem, contudo, esboçar a expressão dos casos anteriores. As ocupações agrícolas somam apenas 1,29% da população ocupada e se concentram principalmente nos tipo J (9,21%), expressando as poucas oportunidades de trabalho agrícola nos arredores rurais das cidades mais concentradas.

Miranda e Bitoun (2015, p. 173) ressaltam que a proximidade entre pobres e ricos na Região Metropolitana é uma das fortes referências da estrutura socioespacial recifense e a sua organização social estão diretamente relacionadas a dois fatores principais: o primeiro vincula-se aos aspectos morfológicos e tipologias habitacionais relacionadas com valores do mercado da habitação; o segundo vincula a situação geográfica e a localização relativa da estrutura social no espaço metropolitano, considerando diversos aspectos:

i) relação com formação histórica dos espaços metropolitanos (efeitos de inércia que geram um descompasso entre a velocidade das mudanças sociais e a velocidade menor das mudanças espaciais);

ii) a relação com as transformações sociais sem que essas mudanças se reflitam diretamente na estrutura espacial, ou em alguns espaços; ao contrário, as mudanças espaciais não se rebatem de imediato nas estruturas sociais;

iii) a relação dos espaços residenciais com as centralidades tradicionais (pela oferta de atividades) e, concomitantemente, a relação dos espaços residenciais com a localização dos novos empreendimentos, gerando reconfiguração das centralidades tradicionais, a exemplo do que ocorre nas regiões periféricas mais recentes (Goiana e São Lourenço da Mata) e Suape ao sul, mais consolidado.

A distribuição observada na Figura 2 e Figura 4 (já apresentadas no item anterior), revelam que aparecem com muita nitidez no espaço metropolitano do Recife a extrema concentração das Categorias Dirigentes e a imensa mancha dos Tipos populares. Há uma clara polarização entre, de um lado, as Categorias de Dirigentes e Intelectuais reunidas em um Tipo Superior-médio no

litoral sul (Boa Viagem) e nos bairros da margem esquerda do Capibaribe no Recife (Graças, Espinheiro) e os Agricultores das áreas canavieiras da Região. Tal espacialização leva à reflexão sobre a existência de processos de “autosegregação”, expressando uma ação coletiva de preservar o local de residência entre pares para evitar a mistura social.

Os Tipos superiores estão concentrados nos bairros do Derby, Graças, Jaqueira, Espinheiro e Aflitos (83,84%) assim com as melhores condições de vida (tipos B). Conquanto, na região Sul, na Orla do Município de Jaboatão dos Guararapes, percebe-se uma maior mistura com as Categorias médias, que mantém as boas condições de vida (C e D). Ainda não se apresentam significativas, estatisticamente, as tendências esboçadas de conquista de novos espaços por essas Categorias: empreendimentos residenciais no Centro do Recife (Bairro de São José), onde predominam os moradores pobres; constituição de condomínios fechados no litoral Sul (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca), na região Oeste da RMR, onde se implantou um Condomínio Fechado (Alphaville) e a Cidade da Copa, e na Região Norte (Cidades Planejadas).

Não obstante a localização predominante das Categorias Médias em todos os Tipos, é possível constatar a sua concentração em áreas de conjuntos habitacionais em função, principalmente, das políticas pretéritas do Banco Nacional da Habitação. A presença expressiva dessas Categorias em áreas do Tipo Popular, em especial as mais urbanisticamente consolidadas, assinala uma possível valorização dessas áreas ou o empobrecimento dos setores predominantemente assalariados.

As periferias urbano-rurais se constituem no *locus* para a criação de novos espaços tanto para as Categorias superiores, quanto para os segmentos inferiores da escala social, que, no Recife, estão também presentes no Centro e espalhados em assentamentos precários. Nesse caso específico da capital pernambucana, os espaços dos segmentos inferiores da escala social são, muito lentamente, equipados, se consolidando no meio de espaços dos Tipos Superior-Médio, Médio-Superior e Médio-Popular, assegurando a proximidade de vizinhanças formadas por setores sociais bastante diferenciados que convivem sem se misturar, em decorrência de barreiras físicas e simbólicas que fragmentam a cidade. Os Tipos Popular-Operário em 2010 estavam presentes no anel metropolitano, mais próximo do núcleo Recife e ao longo da Rodovia BR 101, que corta a Região de Norte a Sul.

A forte mistura social em cada Tipo Socioespacial é uma característica marcante da RM Recife: enquanto 22% dos residentes no Tipo Superior-Médio tinham um Rendimento Médio total de mais de 10 salários mínimos, cerca de 60% dos residentes nesse Tipo acumularam rendimentos inferiores a três salários mínimos (Tabela 4). Tal característica reafirma a extrema desigualdade na ocupação do território, mesmo nas áreas mais nobres, e pode ser explicada pela imbricação no espaço geográfico metropolitano de muitos assentamentos populares, como demonstrou-se nos cartograma. Em oposição, os que residem em áreas do tipo Popular praticamente não acumulam rendimentos acima dos 10 salários mínimos.

TIPO	Rendimento Mensal Total (salários mínimos) das pessoas com 10 anos e mais em 2010				
	Menos 1 SM	1 a 3 SM	4 a 10 SM	10 SM e Mais	20 SM e Mais
SUPERIOR -MÉDIO	29,29	28,92	19,78	22,00	9,57
MÉDIO-SUPERIOR	39,79	40,60	12,51	7,10	2,52
MÉDIO-POPULAR	47,56	44,90	5,93	1,61	0,46
POPULAR-OPERÁRIO	54,89	42,28	2,39	0,44	0,10
POPULAR-AGRÍCOLA	62,68	36,03	1,05	0,24	0,06
TOTAL	50,59	41,62	5,20	2,59	0,95
TIPO	Rendimento do trabalho principal em 2010				
	Menos 1 SM	1 a 3 SM	4 a 10 SM	10 SM e Mais	20 SM e Mais
SUPERIOR -MÉDIO	6,09	40,58	28,67	24,67	7,99
MÉDIO-SUPERIOR	13,51	60,71	17,60	8,18	2,22
MÉDIO-POPULAR	20,43	70,26	7,78	1,53	0,26
POPULAR-OPERÁRIO	24,10	72,32	3,10	0,48	0,11
POPULAR-AGRÍCOLA	32,03	66,24	1,42	0,31	0,05
TOTAL	20,88	68,06	7,74	3,32	0,94

Tabela 5. Tipos Socioespaciais, Ocupados e Rendimento Mensal Total – 2010. Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2011). Elaborado por Observatório das Metrôpoles (2010).

O subemprego e a informalidade vêm acompanhando a história da Região Metropolitana do Recife. Os baixos rendimentos são uma característica da região e como mostra o estudo do IBGE (IBGE, 2017c), apresentando forte correlação com a precariedade (Tipos I e J), sustentada em vários indicadores (escolaridade, adequação da moradia, raça, etc.) e com os tipos Populares; enquanto, os maiores rendimentos estavam fortemente concentrados nos Tipos superiores. Outra característica é a forte mistura social em cada área de ponderação. Uma mistura apartada por barreiras materiais e simbólicas.

Os estudos mostram a tendência a uma maior concentração espacial dos Tipos superiores e das melhores condições de vida. Ainda não foi possível captar, por meio das estatísticas, a produção dos novos espaços superiores na periferia urbano-rural metropolitana, apesar da visível implantação de empreendimentos imobiliários habitacionais destinados a esse segmento social. Essa expectativa poderá ser respondida com os dados do próximo censo (2020).

Apesar dos recentes avanços da economia pernambucana, detectados no Censo de 2010, no que se refere aos setores produtivos, a Região Metropolitana continua sendo caracterizada como uma aglomeração terciária. Uma parcela importante do crescimento do emprego no comércio está associada também à informalidade, visto que o comércio é uma atividade produtiva, menos exigente em termos de qualificação e de experiência de trabalho. O segmento dos serviços representa, no setor formal, um dos que mais absorvem mão-de-obra e, no informal, o maior empregador. Nesse segmento, destacam-se os serviços técnico-profissionais modernos com maior grau de complexidade de apoio à produção (jurídicos, contabilidade e auditoria, assessoria, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade e propaganda, engenharia e arquitetura etc.), que cresceram na atual fase de implantação dos novos empreendimentos. Destacam-se, ainda, os serviços sociais de saúde, educação (GUIMARÃES NETO, 2002).

Na primeira década do milênio, como vimos anteriormente, assistiu-se à retomada do processo de industrialização e ao aumento quantitativo da Categoria Trabalhadores do Secundário já pode ser identificado no censo de 2010. A composição dessa Categoria é fortemente marcada pela presença dos Operários da Construção Civil e dos Serviços Auxiliares. A indústria da construção civil é a grande responsável pelo aumento do PIB e pela geração de empregos metropolitanos. A Taxa Média Anual de aumento da geração de emprego nesse setor foi de 23,7%.

Considerações finais

Os resultados demonstraram que, apesar da melhora das taxas de ocupação da força de trabalho e da diminuição da informalidade na primeira década dos anos 2000, infelizmente os saldos positivos não estavam distribuídos para todos os grupos e as condições de trabalho até hoje ainda são frágeis para a população mais vulnerável, aqueles residentes na escala das mais baixas condições de vida. Como foi bem evidenciado nos estudos, a tendência é que os excluídos dos postos de trabalho modernos, continuem submetidos às oportunidades de maior vulnerabilidade, no terciário não especializado, no pequeno comércio e nos serviços domésticos, que conservam relações de trabalho precárias e baixos salários, em função do grande contingente de reserva.

Os espaços da agroindústria canavieira, que outrora moviam a economia local, hoje empregam um montante pouco significativo de ocupados, mas retêm grandes porções do espaço periférico metropolitano. Os resultados permitiram revelar com mais precisão as transformações em curso: o agrícola se populariza com mais intensidade, conservando as mazelas de um passado escravista que se correlaciona com os baixos índices de escolaridade e renda. Tal contexto confere aos proprietários fundiários a vantagem de controlar os processos imobiliários periféricos, na medida das vantagens imobiliárias e locacionais, subvertendo as lógicas de um planejamento socioterritorial mais equilibrado.

A participação de ocupados nas categorias superiores continuou concentrada e pouco significativa em relação ao universo total. As tendências identificadas nos anos 2000, que já apontavam para um maior exclusivismo nas áreas habitadas por estratos sociais superiores, se confirmaram e se intensificaram, tendendo à acentuação no contexto atual. A conquista de novos espaços por esse grupo na periferia ainda não se evidencia nas estatísticas, mas é uma tendência a ser considerada, levando em conta a implantação dos novos empreendimentos e produtos imobiliários.

Em áreas com maior estabilidade espacial e da população, as mudanças nas relações de trabalho apontaram para mudanças de Tipo socioespacial. Mudanças dessa ordem ficaram mais visíveis entre áreas dos Tipos Médio-Superior e Médio-Popular, nos espaços mais integrados da Região Metropolitana (Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes) e, também, ao longo do litoral Norte no município de Paulista. Observaram-se, também, grandes mudanças na periferia metropolitana, que ficou mais diversificada e misturada, consolidando uma tendência, já apontada em estudos anteriores, de maior diversidade social nas áreas habitadas por estratos sociais populares, em função das crescentes oportunidades geradas pela provisão de políticas públicas. Com efeito, se os investimentos industriais em curso modificam a geografia econômica da Região Me-

tropolitana, induzindo a um novo espraiamento da urbanização, parecem ter gerado menores consequências na transformação da estrutura sócio-ocupacional, que permanece, sobretudo, dependente da evolução do trabalho nos setores de comércio e serviços. No contexto atual de crise econômica, a informalidade tende a ser acentuada e os tipos populares e precários tendem à ampliação, com os tipos superiores tornando-se mais exclusivos.

Em meio às transformações apontadas e aos gargalos permanentes, a reversão dos indicadores negativos das condições do mercado de trabalho na Região exige uma estratégia de investimento que contemple não somente a dimensão econômica, mas também a dimensão social. Especialmente, é preciso dar atenção à qualidade dos postos de trabalho oferecidos pelo setor terciário, que tanto pode abrigar trabalhadores precários, pouco qualificados e remunerados, como pode expressar a consolidação de setores de ponta da economia do conhecimento, o fortalecimento de uma economia de consumo por meio de sólidas empresas atacadistas e varejistas, ou ainda o desenvolvimento da infraestrutura de atendimento social à população.

As leituras da estrutura socioespacial apresentadas nesse artigo ainda são preliminares e apontam para a necessidade de futuras complementações, principalmente a partir dos dados do Censo de 2020 e considerando que parte da década esteve comprometida por crises econômica e política em âmbito nacional. De todo modo, é fundamental reconhecer a extrema importância da informação produzida e acessível pelo IBGE para as análises realizadas nesse e em inúmeros estudos, considerando que os estudos realizados e os dados censitários oferecem inúmeras possibilidades de sistematização que ajudam a revelar a dinâmica da organização territorial brasileira em diversas escalas.

Referências

- PNUD; BRASIL; MIN; IPEA; FJP; RECIFE (Prefeitura). **Desenvolvimento humano no Recife: Atlas Municipal**. Recife: BRASIL, MIN; IPEA; PNUD; FJP; RECIFE, Prefeitura, 2005.
- EGLER, C. A. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP, 2001.
- FREEDMAN, J., & GOETZ, W. World city formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, pp. 309-333, out. 1982.
- GUIMARÃES NETO, L. **Mercado de Trabalho na Região Metropolitana do Recife**. Recife: Banco Mundial/Ipea/Fidem, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das Cidades - REGIC**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- IBGE. **Divisão Urbano Regional**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.
- IBGE. **Áreas Urbanizadas do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015a.
- IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015b.
- IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.
- IBGE. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017b.
- IBGE. **Tipologia intraurbana**: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Geografia, 2017c.
- MIRANDA, L.; BITOUN, J. Estrutura espacial da diferenciação socio-ocupacional na Região Metropolitana do Recife 1980-2000. In: AZEVEDO, S.; SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO L. C. Q.; LAGO, L. C. (Eds.), **Metrópoles**: entre a coesão e a Fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 435 p.
- MIRANDA, L.; BITOUN, J. Região Metropolitana do Recife: Estratificação social, estrutura e organização do território. In: SOUZA, M. A.; BITOUN, (Eds.). **Metrópoles**: Território, Coesão Social e Governança Democrática - Recife: Transformações da Ordem Urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 149-195
- MIRANDA, L.; BITOUN, J; PAIVA, M. G. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**: democratizando e disseminando informações: guia de utilização do atlas municipal. Recife: FASE; Prefeitura do Recife; Observatório PE, 2008.

- PRETECEILLE, E. Division Sociale et globalization. Le cas de la métropole parisienne. **Sociétés contemporaines**, 22/23, p. 33-67, jul. 1995.
- PRETECEILLE, E. Divisão social e Desigualdades: transformações recentes na metrópole parisiense. In: RIBEIRO, L. C. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 634 p.
- PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80, **Revista Eure**, v. XXV, n. 76, p. 79-102, Santiago, dez. 1999.
- RIBEIRO, L. C. **O Futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- RIBEIRO, L. C.; RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. **Análise Social do Espaço Urbano-Metropolitano: Fundamentos Teórico- Metodológicos e Descrição dos Procedimentos Técnicos**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013.
- SASSEN, Saskia. **The Global City**: New York, London, Tokio. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SOJA, E. Para além de postmetropolis. **Revista UFMG**, v. 20, n. 1, p. 137-167, jan/jun, 2013.